

Eterna Polêmica

Déficits comerciais e nas contas do governo fizeram renascer no país a polêmica entre defensores da estabilização como pré-condição ao crescimento auto-sustentado e os que põem uma pitada de inflação na receita para crescer.

Reedita-se meio século depois o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, quando o Brasil ainda era pré-industrial. Simonsen defendia ação do Estado como saudável empurrão para o desenvolvimento; Gudin, fiel à ortodoxia fiscal, considerava o Brasil com vocação agrícola e o Estado não devia gastar além da conta. O impasse continua.

O Brasil industrializou-se e cresceu adotando o protecionismo estatal (como queria Simonsen). Mas, à falta da ortodoxia fiscal, o desenvolvimento não se sustentou (como alertava Gudin). O descontrole orçamentário gerou a hiperinflação e a estagnação dos anos 80, promovendo a maior concentração de renda da história do país.

O esforço de reordenamento das contas públicas iniciado pelo Plano Real produziu resultados extraordinários: além de a inflação ter recuado de 45% para menos de 1% ao mês, 13 milhões de brasileiros, segundo o Ipêa, recuperaram poder de compra sem a inflação e deixaram a linha da pobreza, sendo incorporados ao mercado de consumo.

O cenário mudou muito, no Brasil e no mundo. Os polemistas são outros. A equipe econômica e um grupo de economistas com-

prometidos com a estabilização alertam para os riscos do crescimento exagerado sem ajuste fiscal. O alemão naturalizado americano Rudiger Dornbusch, professor de economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, defende a tese de que só combate à inflação não resolve os problemas nacionais, como a abissal distribuição de renda.

À parte palpites interesseiros dos analistas do mercado financeiro — ironizados pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, que lembra serem poucos os brasileiros preocupados com os déficits da balança comercial — a questão central que continua pairando como ameaça à estabilização e à retomada do crescimento sob a liderança do setor privado é a falta de ajuste fiscal e reformas estruturais para reorganizar a relação entre Estado e sociedade.

A rigor, só no período de Roberto Campos e Otávio Bulhões (1964-67) o Brasil fez ajuste fiscal e promoveu reformas que garantiram a retomada do crescimento por quase dois decênios. Enquanto o Brasil não fizer a reforma fiscal, o crescimento econômico sempre correrá risco de políticas tipo *stop and go*, que interrompem o processo.

Políticos que, sem inflação, perderam a bandeira eleitoral, deveriam compreender que a população deseja que a estabilidade prossiga com a aprovação das reformas. A menos de quatro anos do século 21, já era hora de os políticos agirem com seriedade e aprovarem as reformas para o Brasil sair do impasse.